

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

Edição nº 1653

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....	2
Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	4
Súmulas de contratos.....	5
Editais.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 28/2015

Altera o Provimento n.º 26/2015, que estabelece as normas e procedimentos necessários para as alterações na estrutura organizacional do Ministério Público.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º Altera o art. 8º do Provimento n.º 26/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Este Provimento entrará em vigor em 01 de junho de 2015."

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de abril de 2015.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

BOLETIM N.º 189/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

REVOGAR

- a contar do dia 30/05/2014, a Portaria nº 2622/2013, que designou FRANCIELE FONTANA QUEIROZ, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 30/05/2014 (Port. 0880/2015).

- a contar do dia 29/03/2015, a Portaria nº 4165/2014, que designou FERNANDO SIQUEIRA BORGES NETO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 29/03/2015 (Port. 1006/2015).

- a contar do dia 18/12/2013, a Portaria nº 0050/2013, que designou TAMARA ZUBKO MARTINS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 18/12/2013 (Port. 1007/2015).

- a contar do dia 29/04/2014, a Portaria nº 1251/2013, que designou CAROLINE GONÇALVES BANDEIRA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade

"serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 29/04/2014 (Port. 1010/2015).

- a contar do dia 03/09/2013, a Portaria nº 3509/2012, que designou LUCIANA BECKER NEUTZLING, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 03/09/2013 (Port. 1011/2015).

- a contar do dia 29/04/2014, a Portaria nº 1252/2013, que designou ANDRIA FONSECA NOGUEZ, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 29/04/2014 (Port. 1016/2015).

- a contar do dia 17/09/2014, a Portaria nº 0891/2014, que designou VERIDIANA NUNES GOULART, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 17/09/2014 (Port. 1017/2015).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 20/03/2015, DÉBORA FANTON, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 624, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0878/2015).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 30/03/2015, RAQUEL ROSA MAMBRIN, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 625, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0913/2015).

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 20/03/2015, KAROLINA DIAS DUARTE, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 626, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 1029/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor-Assessor,
Secretário-Geral do Ministério Público.

EDITAL N.º 153/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa de Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC.01203.00017/2013, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas públicas repassadas à Entidade Beneficente Amurt-Amurtel através de convênios firmados com a Secretaria Municipal da Educação –SMED e a Fundação Assistência Social e Cidadania –FASC.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1653

EDITAL N.º 154/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Inês Gorete Pio Marques, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude-Articulação/Proteção de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC.01411.00090/2012, instaurado com o objetivo de verificar irregularidades no fornecimento de alimentação aos alunos da E.E.E.F. Estado do Rio Grande do Sul, bem como denúncia de negligência de atendimento a aluna e irregularidade de cumprimento da carga horária de funcionária da referida instituição, situada nesta Capital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 157/2015 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do PR.00750.00025/2015-5.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 155/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, que tratava de denúncia anônima dando conta de possível atraso no pagamento dos valores da bolsa dos estagiários da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social- FGTAS. A respeito foi instaurado o expediente RD.00829.00088/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 158/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal de Soturno promoveu o arquivamento do IC.00772.00005/2014, instaurado com o objetivo de investigar a qualidade dos serviços prestados, bem como a qualidade dos produtos vendidos e consumidos nos restaurantes e lanchonetes dos municípios da comarca de Faxinal do Soturno, através de ação conjunta com as Vigilâncias Sanitárias Municipais.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 156/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades no Instituto Nacional de Qualificação e Capacitação - INQC, cujo representante legal seria ex-diretor da CONESUL, envolvida em fraude a concursos públicos. A respeito foi instaurado o expediente RD.00829.00530/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 159/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas promoveu o arquivamento do IC.00824.00006/2015, instaurado com o objetivo de apurar suposta irregularidade relacionada à contratação de emprego, sem prévia aprovação em processo seletivo, para exercer a função de Coordenador de Manutenção da Fundação de Apoio Universitário-FAU.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.



EDITAL N.º 160/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades na fase de exames psicotécnicos do concurso público da Brigada Militar em 2014. A respeito foi instaurado o expediente RD.01413.01425/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 161/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis irregularidades na Assembleia Legislativa, no sentido de que servidor aposentado e detentor de cargo em confiança não estaria cumprindo carga horária de serviço. A respeito foi instaurado o expediente RD.00829.00118/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 162/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento do IC.00872.00096/2011, instaurado com o objetivo de apurar regularidade das atividades desenvolvidas e eventual poluição sonora oriunda de estabelecimento comercial, situado na Rua Santo Ângelo, n.º 84, Bairro Daytz, na cidade de Santo Ângelo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 163/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de denúncia anônima sobre diversas irregularidades no curso de

formação da Academia de Polícia Civil. A respeito foi instaurado o expediente RD.00829.00552/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 164/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada indeferiu a instauração de Inquérito Civil, referente à denúncia anônima dando conta do não fornecimento de equipamentos, uniformes, bem como da falta de pagamento do adicional noturno e horas extras aos guardas municipais e vigias. A respeito foi instaurado o expediente RD.00935.00013/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

EDITAL N.º 165/2015 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Luiz Antonio Lopes, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC.00930.00040/2007, instaurado com o objetivo de apurar e investigar a ocorrência de dano ambiental decorrente do transbordamento na caixa da saída da estação de tratamento de efluentes da Companhia de Bebidas das Américas-AMBEV, contaminando recurso hídrico em área situada na Estrada da Boa Vista, Águas Claras, em Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 190/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Cons-



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1653

tituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.00576.00287/2015-3, resolve a pedido, a contar de 27 de abril de 2015, a servidora efetiva FÁTIMA LÚCIA PICADA GAZEN, Arquivista, classe "R", ID n.º 3428729, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, e artigos 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 158 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo 25% (vinte e cinco por cento) de Gratificação Adicional, conforme artigo 100, e 45% (quarenta e cinco por cento), referentes a 9 (nove) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (Port. 11-26/2015).

REDUZIR

- pelo período de 20 de abril de 2015 a 22 de janeiro de 2016, a carga horária da servidora THAÍS CAMPONOGARA AIRES DA SILVA, Agente Administrativo, ID n.º 4243978, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 7º da lei n.º 7.253/79 (PR.00799.00016/2015-7 - Port. 1127/2015).

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06 de abril de 2015, a carga horária da servidora MILENE MARIA PEREIRA DA CAMINO, Secretária de Diligências, ID n.º 3491064, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei n.º 7.253/79 (PR.01542.00067/2015-8 - Port. 1163/2015).

REVOGAR

- a contar de 17 de abril de 2015, a Portaria n.º 0159/2014, que concedeu Licença para Acompanhamento de Cônjuge, sem remuneração, ao servidor ALEXANDRE GONÇALVES, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º 3439313, em conformidade com o Artigo 147 da Lei n.º 10.098/94 (PR.01406.00001/2014-5 - Port. 1133/2015).

CONCEDER

- o abono de permanência, previsto no artigo 2º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, ao servidor CECILIO JOEL CARNEIRO DE SIQUEIRA, Secretário de Diligências, ID n.º 3428605, a contar de 05 de abril de 2015, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00322/2015-8 - Port. 1160/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO N.º 972-09.00/15-1 CO.30827

CONTRATADA: Dra. Sabrina Pereira de Abreu; **OBJETO:** serviços técnicos especializados de planejamento e elaboração de 15 (quinze) questões objetivas para compor a prova de Língua Portuguesa do Concurso Público para provimento do

cargo de Assessor Bacharel em História; revisão de 60 (sessenta) questões das provas objetivas; análise e resposta aos eventuais recursos interpostos; **VALOR:** R\$ 446,21 por questão planejada e elaborada; e R\$ 77,61 por questão revisada; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º, combinado com o art. 13 da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 23 de abril de 2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de abril de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO N.º 972-09.00/15-1 CO.30827

CONTRATADA: FERNANDO FELIZARDO NICOLAZZI; **OBJETO:** serviços técnicos especializados de planejamento e elaboração de 30 (trinta) questões objetivas para compor a prova de Conhecimentos Específicos para provimento do cargo de Assessor Bacharel em História; análise e resposta aos eventuais recursos interpostos; **VALOR:** R\$ 446,21 por questão planejada e elaborada; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º, combinado com o art. 13 da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 23 de abril de 2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de abril de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

RETIFICAÇÃO DE SÚMULA PROCESSO N.º 000825-09.00/15-2

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, retifica a súmula publicada no Diário Eletrônico deste Ministério Público Estadual do dia 24 de abril de 2015, para fazer constar que o objeto da contratação é a realização, na modalidade in company, do curso de "Administração do Tempo", e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de abril de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



EDITAL N.º 124/2015

Resultado do Edital nº 108/2015 – REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO (DEMP 15/04/2015)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00336/2015-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 108/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 14/2015 - CAOCIVEL

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:

IC 00717.00010/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Arvorezinha por Graziela da Rocha Vaughan Veleda com a finalidade de apurar prática de possíveis irregularidades na atuação do veterinário Guilherme Peukert da Silveira, do Município de Arvorezinha. Investigado: Guilherme Peukert da Silveira e Município de Arvorezinha. Local do fato: Arvorezinha.

IC 00723.00014/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves por Alécio Silveira com a finalidade de apurar suposta utilização de verba em divulgação de caráter pessoal pelo prefeito municipal de Bento Gonçalves.

Partes: Guilherme Rech Pasin.

Local: Bento Gonçalves/RS. Investigado: Guilherme Rech Pasin

Local do fato: Bento Gonçalves.

IC 00723.00003/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira com a finalidade de apurar suposta irregularidade de pagamento à empresa particular sem empenho e sem provisão financeira.

Partes: terraplenagem e pavimentação Alves Ltda. e prefeitura municipal de Bento Gonçalves Local: Bento Gonçalves/RS. Investigados: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves e Terraplenagem e Pavimentação Alves Ltda.

Local do fato: Bento Gonçalves.

PI 00727.00039/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de

Cacequi por Thomaz de La Rosa com a finalidade de averiguar possível violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade no tamanho dos espaços em que são publicados os editais do município de Cacequi no jornal folha três rios. Investigado não informado.

Local do fato: Cacequi.

IC 00780.00020/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas por Adriano Luís de Araujo com finalidade de investigar eventual ato de improbidade administrativa e lesão ao erário decorrente da confecção de calendário no ano de 2015 pela atual gestão municipal de Sertão, visando à promoção pessoal dos gestores, em afronta aos princípios da legalidade, publicidade e moralidade da administração pública, tendo como investigados Marcelo D'Agostini, Prefeito Municipal, e Adelar Antunes, Vice-Prefeito do Município de Sertão.

Investigados: Marcelo D'Agostini, Prefeito Municipal, e Adelar Antunes, Vice-Prefeito do Município de Sertão.

Local: Sertão/RS. Investigados: Adelar Antunes e Marcelo Dagostini.

Local do fato: Sertão.

IC 00796.00009/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Iraí por Bianca D'Alessandro Kosciuk com a finalidade de investigar suposta fraude no processo seletivo n.º 001/2011, da prefeitura municipal de Iraí.

Local: Município de Iraí/RS. Nome: Município de Iraí e PI Consultoria e Assessoria S/S LTDA.. Investigado não informado.

Local do fato: Iraí.

IC 00824.00016/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas por Rodrigo da Silva Brandalise com a finalidade de investigar possível ilegalidade na contratação de empresa para elaboração de projeto para a implantação do "Museu da Cidade de Pelotas".

Local do fato: Pelotas. Investigados: Município de Pelotas e Texto e Imagem Ltda.

IC 00824.00017/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas por Rodrigo da Silva Brandalise com a finalidade de investigar possível ilegalidade durante o procedimento licitatório instaurado conforme pregão presencial nº 89/2014-SJSS - Carnaval 2015

Local do fato: Pelotas

Investigados: Município de Pelotas e Multiagil Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda.

IC 00829.00017/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de Apurar possíveis irregularidades na administração e aplicação de recursos do Fundo de Pecúlio Penitenciário (FPP) apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado no Processo de Inspeção Extraordinária nº 008022-02.00/11-2, bem como as providências adotadas para saná-las. Investigado não informado.

Local do fato: Porto Alegre.

IC 00911.00017/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Taquara por Ximena Cardozo com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade em razão de irregularidades na nomeação de servidor para cargo em comissão e desempenho de função diversa.

Investigado: Tito Lívio Jaeger Filho, Prefeito Municipal, resi-



Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1653

dente General Frota, 2763/RS Augusto fontes.

Local: Taquara/RS.

PI 00913.00026/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Tenente Portela por Ana Maria Hahn com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa, decorrente de irregularidades em licitações e contratos firmados pela Administração Municipal.

Investigado: Município de Derrubadas/RS

Investigado não informado.

Local do fato: Tenente Portela.

PI 00913.00027/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Tenente Portela por Ana Maria Hahn Souza com a finalidade de apurar possível prejuízo ao erário, decorrente da simulação de pagamentos à empresa JAIR AUGUSTO FORNARI ME.

Investigado: Município de Barra do Guarita/RS. Investigado não informado.

Local do fato: Tenente Portela.

IC.00931.00104/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Viamão por Luciana com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa, consistente na ausência de resposta à requisição de informações do Ministério Público.

Investigado: Município De Viamão.

Local do fato: Viamão/RS.

PI.00931.00018/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Viamão por Luciana Romani com a finalidade de Realizar a análise de (vício formal) eventual inconstitucionalidade da Lei n.º 4210/2014 do Município de Viamão, que "institui o regime especial de compensação em município sede da Copa do Mundo 2014 e dá outras providências " e do Decreto Executivo n.º 040/2014 que "regulamenta o regime especial de compensação do ISS, em município Sede da Copa do Mundo de 2014, instituído pela lei 4210/2014. Local do fato: Viamão/RS.

IC 01203.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre – Combate Aos Crimes Licitatórios por Daniele Schneider - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre com a finalidade de apuração de contratações temporárias em detrimento da realização de concurso público para servidores de escolas estaduais realizadas pela secretaria estadual de educação.

Tipo Manifestante: Cidadão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de abril de 2015.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI

Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais em substituição.